



## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR, LUIZ HENRIQUE DE PAIVA MARQUES



**A** Coordenação de Contabilidade – CONTAB, de acordo com o art. 218, §2º, inciso V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, integra a estrutura da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade – SAFIN e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Senado Federal. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas desta Casa do Poder Legislativo.

O registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é efetuado mensalmente pela Coordenação de Contabilidade – CONTAB, após a verificação dos demonstrativos contábeis e balancetes, com fundamento nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, bem como na Conformidade dos Registros de Gestão, no Plano de Contas da União, no Manual SIAFI e em outros instrumentos que subsidiam o processo de análise. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O contador responsável não exerce quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, como por exemplo: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão, obedecendo assim ao princípio de segregação de função.

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SENADO FEDERAL

- **Balanço Patrimonial** – evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, ou seja, o Ativo (bens e direitos) em confronto com o Passivo (Obrigações) e o Patrimônio Líquido (Ativo versus Passivo).
- **Balanço Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- **Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro do órgão no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – nesse demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas). O valor apurado, superávit ou déficit, passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

## AVANÇOS

- Implantação da nova versão do Sistema SUPRI, que faz o gerenciamento das solicitações de Suprimento de Fundos, bem como o registro das despesas até a prestação de contas. A nova plataforma, desenvolvida integralmente pela equipe do Prodasen, trouxe mais segurança ao Sistema, interface mais amigável, integração com outros sistemas e maior possibilidade de evoluções.
- Reavaliação dos imóveis que compõe o patrimônio do Senado Federal, utilizando-se como base o Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m<sup>2</sup>) divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF).
- Em conformidade com a Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS, foi ajustada a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber baseada no histórico de recebimentos passados. Assim, a perda estimada foi calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se esse resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.
- Ajuste no registro da Provisão de Décimo Terceiro Salário a Pagar e Provisão de Férias do período efetuados ao longo do exercício de 2018 em atendimento à legislação em vigor, especialmente à Macrofunção 021142 - FOLHA DE PAGAMENTO. O Senado Federal providenciou os ajustes necessários junto ao sistema de Recursos Humanos para atender às demandas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas da União.

## DECLARAÇÃO

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Senado Federal.

**Brasília-DF, 29 de janeiro de 2019**

Luiz Henrique de Paiva Marques

CRC nº SP222053/0-O T-DF

Contador Responsável

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## INFORMAÇÕES GERAIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõe as Demonstrações, permitindo a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades.

O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e especialmente pela Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

As demonstrações contábeis no setor público são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. Devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados. Podem também ter a função preditiva ou prospectiva, proporcionando informações úteis para prever o nível de recursos necessários para a continuidade de suas operações, os recursos que podem ser gerados pela continuidade dessas operações e os riscos e as incertezas associadas.

Embora a informação contida nas demonstrações contábeis seja relevante, é improvável que ela satisfaça a todos os objetivos descritos, especificamente, no que diz respeito a entidades cujo objetivo principal não seja gerar lucro. Assim, informação suplementar, incluindo demonstrativos não financeiros, pode ser apresentada junto com as demonstrações contábeis no intuito de proporcionar uma visão mais abrangente das atividades da entidade durante o período.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		419.463.255,54	346.266.695,33	21,14%	40,45%
Caixa e equivalentes de caixa	1	398.470.640,57	317.885.402,50	25,35%	38,42%
Créditos a curto prazo		17.006,63	9.270,90	83,44%	0,00%
Demais créditos de valores a curto prazo	2	3.746.929,26	14.092.732,79	-73,41%	0,36%
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo		-	-		0,00%
Estoques		14.696.961,31	12.913.852,29	13,81%	1,42%
VPDs pagas antecipadamente	3	2.531.717,77	1.365.436,85	85,41%	0,24%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		617.650.972,98	593.386.634,44	4,09%	59,55%
Ativo realizável a longo prazo		-	-	-	-
Créditos a curto prazo		-	-	-	-
Estoques		-	-	-	-
VPDs pagas antecipadamente		-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-
Imobilizado	4	585.867.538,59	564.882.811,09	3,71%	56,49%
Bens móveis		123.133.067,82	243.434.474,15	-49,42%	11,87%
Bens imóveis		462.734.470,77	321.448.336,94	43,95%	44,62%
Intangível		31.783.434,39	28.503.823,35	11,51%	3,06%
Diferido		-	-	-	0,00%
<b>Total do ativo</b>		<b>1.037.114.228,52</b>	<b>939.653.329,77</b>	<b>40,13%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Passivo	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		117.126.961,06	21.415.690,02	446,92%	11,29%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	5	92.900.697,34	3.031,85	3064058,76%-	8,96%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-	-	0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6	917.313,65	1.419.266,32	-35,37%	0,09%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-	-	0,00%
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-	-	0,00%
Provisões de Curto Prazo		-	-	-	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo		23.308.950,07	19.993.391,85	16,58%	2,25%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		-	-	-	0,00%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo		-	-	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Provisões de Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Resultado Diferido		-	-	-	0,00%
<b>Total do passível exigível</b>		<b>117.126.961,06</b>	<b>21.415.690,02</b>	<b>446,92%</b>	<b>11,29%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		-	-	-	0,00%
Patrimônio Social e Capital Social		-	-	-	0,00%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-	-	0,00%
Reservas de Capital		-	-	-	0,00%
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	0,00%
Reservas de Lucros		-	-	-	0,00%
Demais Reservas		-	-	-	0,00%
Resultados Acumulados		919.987.267,46	918.237.639,75	0,19%	88,71%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-	-	0,00%
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>919.987.267,46</b>	<b>918.237.639,75</b>	<b>0,19%</b>	<b>88,71%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.037.114.228,52</b>	<b>939.653.329,77</b>	<b>10,37%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI Nº 4.320, DE 1964)**

R\$ 1.00

Ativo			Passivo		
Especificação	31/12/2018	31/12/2017	Especificação	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Financeiro	398.478.031,56	317.888.482,08	Passivo Financeiro	92.472.910,06	109.175.065,03
Ativo Permanente	638.636.196,96	621.764.847,69	Passivo Permanente	92.971.386,42	8.215,86
			<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>851.669.932,04</b>	<b>830.470.048,88</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320, DE 1964)**

Destinação de recursos	Nota explicativa	Superávit/Déficit financeiro
<b>Recursos Ordinários</b>		<b>144.877.732,45</b>
<b>Recursos Vinculados</b>		<b>161.127.389,05</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)		31.089.963,32
Alienação de Bens e Direitos		919.350,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		129.118.075,73
<b>Total</b>		<b>306.005.121,50</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI Nº 4.320, DE 1964)**

R\$ 1,00

<b>Especificação</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		<b>19.367.352,45</b>	<b>19.990.561,24</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos		19.367.352,45	19.990.561,24
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		8.506.043,75	8.645.160,35
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		499.351,84	444.966,80
Direitos Contratuais a Executar		10.361.956,86	10.900.434,09
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		<b>151.323.503,42</b>	<b>147.288.939,12</b>
Execução dos Atos Potenciais Passivos		151.323.503,42	147.288.939,12
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		3.161.502,64	261.543,12
Obrigações Contratuais a Executar		148.162.000,78	147.027.396,00
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-

Fonte: SIAFI



**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>4.414.710.784,59</b>	<b>3.960.938.681,94</b>	<b>11,46%</b>	<b>100,00%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-		0,00%
Contribuições		-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.127.229,57	4.448.439,85	15,26%	0,12%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		8,93	-		0,00%
Transferências e Delegações Recebidas		4.263.861.374,60	3.898.260.638,81	9,38%	96,58%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7	139.141.267,59	38.379.728,21	262,54%	3,15%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		6.580.903,90	19.849.875,07	-66,85%	0,15%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>8</b>	<b>4.300.526.194,22</b>	<b>4.130.446.444,83</b>	<b>4,12%</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos		1.782.068.601,46	1.717.117.388,78	3,78%	41,44%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.916.662.541,17	1.901.520.883,08	0,80%	44,57%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		519.973.265,60	424.789.357,63	22,41%	12,09%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9	440.463,77	56.991,31	672,86%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas		26.266.010,95	22.638.804,75	16,02%	0,61%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		26.584.253,17	34.178.851,76	-22,22%	0,62%
Tributárias		216.118,95	223.326,12	-3,23%	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		2.158.051,01	2.792.493,78	-22,72%	0,05%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		26.156.888,14	27.128.347,62	-3,58%	0,61%
<b>Resultado patrimonial do período</b>		<b>114.184.590,37</b>	<b>-169.507.762,89</b>	<b>167,36%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Receitas orçamentárias	Nota Explicativa	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>7.531.709,00</b>	<b>7.531.709,00</b>	<b>8.199.523,57</b>	<b>667.814,57</b>	<b>108,87%</b>	<b>95,04%</b>
Receitas Tributárias		-	-	-	-	-	0,00%
Receitas de Contribuições		-	-	-	-	-	0,00%
Receita Patrimonial		2.162.956,00	2.162.956,00	2.168.484,93	5.528,93	100,26%	25,13%
Receita Agropecuária		-	-	-	-	-	0,00%
Receita Industrial		992.710,00	992.710,00	891.240,65	(101.469,35)	89,78%	10,33%
Receitas de Serviços		1.841.459,00	1.841.459,00	2.023.640,88	182.181,88	109,89%	23,46%
Transferências Correntes		-	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas Correntes		2.534.584,00	2.534.584,00	3.116.157,11	581.573,11	122,95%	36,12%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>180.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>428.050,00</b>	<b>248.050,00</b>	<b>237,81%</b>	<b>4,96%</b>
Operações de Crédito		-	-	-	-	-	0,00%
Alienação de Bens		180.000,00	180.000,00	428.050,00	248.050,00	237,81%	4,96%
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-	-	0,00%
Transferências de Capital		-	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-	-	0,00%
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		<b>7.711.709,00</b>	<b>7.711.709,00</b>	<b>8.627.573,57</b>	<b>915.864,57</b>	<b>111,88%</b>	<b>100,00%</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>7.711.709,00</b>	<b>7.711.709,00</b>	<b>8.627.573,57</b>	<b>915.864,57</b>	<b>111,88%</b>	<b>100,00%</b>
<b>DÉFICIT</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.140.097.522,57</b>	<b>4.140.097.522,57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>		<b>7.711.709,00</b>	<b>7.711.709,00</b>	<b>4.148.725.096,14</b>	<b>4.141.013.387,14</b>		

Fonte: SIAFI

Despesas orçamentárias	Nota Explicativa	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação	AV
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>4.321.733.857,00</b>	<b>4.329.961.836,00</b>	<b>4.132.337.925,46</b>	<b>4.103.498.399,61</b>	<b>4.100.127.366,52</b>	<b>197.623.910,54</b>	<b>99,77%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	10	3.694.078.036,00	3.672.270.109,00	3.512.417.117,68	3.512.417.117,68	3.512.417.117,68	159.852.991,32	85,40%
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes		627.655.821,00	657.691.727,00	619.920.807,78	591.081.281,93	587.710.248,84	37.770.919,22	14,37%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>49.641.815,00</b>	<b>41.413.836,00</b>	<b>16.387.170,68</b>	<b>9.555.945,61</b>	<b>9.251.967,09</b>	<b>25.026.665,32</b>	<b>0,23%</b>
Investimentos		49.641.815,00	41.413.836,00	16.387.170,68	9.555.945,61	9.251.967,09	25.026.665,32	0,23%
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	
ESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-	
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-	
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>4.371.375.672,00</b>	<b>4.371.375.672,00</b>	<b>4.148.725.096,14</b>	<b>4.113.054.345,22</b>	<b>4.109.379.333,61</b>	<b>222.650.575,86</b>	<b>100%</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-	
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>4.371.375.672,00</b>	<b>4.371.375.672,00</b>	<b>4.148.725.096,14</b>	<b>4.113.054.345,22</b>	<b>4.109.379.333,61</b>	<b>222.650.575,86</b>	<b>100%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.371.375.672,00</b>	<b>4.371.375.672,00</b>	<b>4.148.725.096,14</b>	<b>4.113.054.345,22</b>	<b>4.109.379.333,61</b>	<b>222.650.575,86</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

Despesas orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>9.188.189,50</b>	<b>53.292.318,40</b>	<b>37.422.812,90</b>	<b>37.256.468,91</b>	<b>7.225.321,17</b>	<b>17.998.717,82</b>
Pessoal e Encargos Sociais		88.616,72	3.109.066,78	2.316.517,98	2.316.517,98	88.616,72	792.548,80
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		9.099.572,78	50.183.251,62	35.106.294,92	34.939.950,93	7.136.704,45	17.206.169,02
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>18.312.291,07</b>	<b>7.995.356,33</b>	<b>7.635.665,17</b>	<b>7.624.107,73</b>	<b>3.033.795,53</b>	<b>15.649.744,14</b>
Investimentos		18.312.291,07	7.995.356,33	7.635.665,17	7.624.107,73	3.033.795,53	15.649.744,14
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>27.500.480,57</b>	<b>61.287.674,73</b>	<b>45.058.478,07</b>	<b>43.663.230,98</b>	<b>2.364.725,30</b>	<b>33.648.461,96</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

Despesas orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>6.122.323,54</b>	<b>2.247.973,88</b>	<b>586.166,16</b>	<b>402.709,84</b>	<b>7.381.421,42</b>
Pessoal e Encargos Sociais		3.429.634,66	1.232.551,75	-	-	4.662.186,41
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		2.692.688,88	1.015.422,13	586.166,16	402.709,84	2.719.235,01
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>45.725,50</b>	<b>31.164,14</b>	<b>31.164,14</b>	<b>-</b>	<b>45.725,50</b>
Investimentos		45.725,50	31.164,14	31.164,14	-	45.725,50
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>6.168.049,04</b>	<b>2.279.138,02</b>	<b>589.722,93</b>	<b>402.709,84</b>	<b>7.427.146,92</b>

Fonte: SIAFI

**BALANÇO FINANCEIRO**

Ingressos	Notas Explicativas	2018	2017
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>8.627.573,57</b>	<b>9.809.933,00</b>
<b>Ordinárias</b>		-	2.162,98
<b>Vinculadas</b>		<b>9.148.405,54</b>	<b>11.406.446,96</b>
Alienação de Bens e Direitos		856.100,00	653.380,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		8.292.305,54	10.753.066,96
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-520.831,97	-1.598.676,94
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>4.249.229.557,41</b>	<b>3.887.956.952,85</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		4.241.033.763,58	3.880.795.710,62
Cota Recebida		4.232.909.682,04	3.874.706.880,84
Repasso Recebido		8.124.081,54	6.088.829,78
Independentes da Execução Orçamentária		8.195.793,83	7.161.242,23
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		20.000,00	30.400,00
Demais Transferências Recebidas		7.241.707,44	5.215.889,92
Movimentação de Saldos Patrimoniais		934.086,39	1.914.952,31
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>43.629.301,98</b>	<b>65.288.879,53</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		3.675.011,61	2.242.941,14
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		35.670.750,92	61.287.674,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.198.331,41	1.751.825,52
Outros Recebimentos Extraorçamentários		85.208,04	6.438,14
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		47.927,96	-
Arrecadação de Outra Unidade		37.280,08	-
Valores para Compensação		-	6.438,14
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>317.885.402,50</b>	<b>520.428.132,36</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	317.885.402,50	520.428.132,36
<b>Total</b>		<b>4.619.371.835,46</b>	<b>4.483.483.897,74</b>

Fonte: SIAFI

Dispêndios	Notas Explicativas	2018	2017
<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>4.148.725.096,14</b>	<b>4.121.485.385,15</b>
<b>Ordinárias</b>		<b>3.624.938.589,62</b>	<b>3.585.696.000,51</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>523.786.506,52</b>	<b>535.789.384,64</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)		516.618.206,24	526.959.475,00
Operação de Crédito			5.497.363,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		7.168.300,28	3.332.546,64
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>16.263.478,67</b>	<b>12.465.911,77</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		8.050.404,76	5.332.906,56
Repasso Concedido		8.050.404,76	5.332.906,56
Independentes da Execução Orçamentária		8.213.073,91	7.133.005,21
Demais Transferências Concedidas		7.241.707,44	5.215.889,92
Movimento de Saldos Patrimoniais		971.366,47	1.917.115,29
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		<b>55.912.620,08</b>	<b>31.647.198,32</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		617.330,30	1.098.645,78
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		44.880.576,64	28.756.181,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.134.443,39	1.792.371,46
Outros Pagamentos Extraorçamentários		6.280.269,75	-
Valores Compensados		4.311,41	
Demais Pagamentos		6.275.958,34	
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>398.470.640,57</b>	<b>317.885.402,50</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	398.470.640,57	317.885.402,50
	<b>Total</b>	<b>4.619.371.835,46</b>	<b>4.483.483.897,74</b>

Fonte: SIAFI

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

<b>Especificação</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		<b>97.064.427,03</b>	<b>-163.402.473,52</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>4.261.664.692,47</b>	<b>3.899.198.459,51</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>		<b>8.199.523,57</b>	<b>9.483.243,00</b>
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		2.168.484,93	1.825.227,21
Receita Industrial		891.240,65	1.011.032,84
Receita de Serviços		2.023.640,88	1.725.741,48
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		3.116.157,11	4.921.241,47
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>		<b>4.253.465.168,90</b>	<b>3.889.715.216,51</b>
Ingressos Extraorçamentários		4.198.331,41	1.751.825,52
Transferências Financeiras Recebidas		4.249.229.557,41	3.887.956.952,85
Arrecadação de Outra Unidade		37.280,08	
Valores para Compensação			6.438,14

continua

<b>Especificação</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		<b>97.064.427,03</b>	<b>-163.402.473,52</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-4.164.600.265,44</b>	<b>-4.062.600.933,03</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-3.891.376.774,69</b>	<b>-3.783.779.134,31</b>
Legislativo		-1.974.181.787,52	-1.883.567.661,86
Judiciário		-664.835,64	-547.400,00
Essencial à Justiça		-17.057,41	-40.000,00
Administração		-20.000,00	-20.000,00
Defesa Nacional		-28.783,64	-
Previdência Social		-1.916.512.238,44	-1.899.604.072,45
Saúde		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		47.927,96	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-246.545.298,94</b>	<b>-264.563.515,49</b>
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		-245.287.548,07	-263.772.196,54
Outras Transferências Concedidas		-1.257.750,87	-791.318,95
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		<b>-26.678.191,81</b>	<b>-14.258.283,23</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-4.134.443,39	-1.792.371,46
Transferências Financeiras Concedidas		-16.263.478,67	-12.465.911,77
Valores Compensados		-4.311,41	-
Demais Pagamentos		-6.275.958,34	-

continua



<b>Especificação</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-16.479.188,96</b>	<b>-39.140.256,34</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>428.050,00</b>	<b>326.690,00</b>
Alienação de Bens		428.050,00	326.690,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-16.907.238,96</b>	<b>-39.466.946,34</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-12.119.363,02	-32.580.828,28
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-4.787.875,94	-6.886.118,06
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>80.585.238,07</b>	<b>-202.542.729,86</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>317.885.402,50</b>	<b>520.428.132,36</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>398.470.640,57</b>	<b>317.885.402,50</b>

Fonte: SIAFI

## NOTAS EXPLICATIVAS

### BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Senado Federal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 7ª edição) e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) do Senado Federal constantes da tabela abaixo:

Órgão	Unidade Gestora	Descrição
Senado Federal	020001	Senado Federal
Fundo Especial do Senado Federal	020054	Fundo Especial do Senado Federal

Fonte: SIAFI

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações Contábeis com base no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Notas Explicativas.

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Senado Federal, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

**Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** – A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

**Caixa e equivalentes de caixa** – Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

**Demais créditos e valores a curto prazo** – Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos e (ii) créditos por dano ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

**Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda, almoxarifado e outros estoques. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

**Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

**Depreciação de bens móveis** – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A vida útil e o valor residual utilizados foram considerados segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo:

Conta contábil	Vida útil (anos)	Valor residual
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual SIAFI – Macrofunção 02.03.30.

**Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** – As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, sendo apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = \frac{n^2 - x^2}{n^2}$$

Onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil

x = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

**Intangível** – O ativo intangível é formado exclusivamente pelos *softwares* adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada. As aquisições de licenças de uso de *software* que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para os *softwares* com vida útil definida, a amortização é calculada observando-se a vigência contratual e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

**Reavaliação** – Quanto aos bens imóveis, em Abril/2018, foi efetuada a reavaliação dos bens pelo Serviço de Documentação e Administração de Imóveis – SEAIM/SPATR, utilizando-se como base o Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m<sup>2</sup>) divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF).

**Passivos circulantes e não circulantes** – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

**Apuração do Resultado** – No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



**Resultado Patrimonial** – A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando a saída de recursos ou a redução de ativos ou a assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.



**Resultado Orçamentário** – O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

**Resultado Financeiro** – O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Em 24 de setembro de 2015, foi publicada a Portaria STN nº 548 que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP), com a descrição dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos. No âmbito do Senado Federal, a implantação desses procedimentos é demonstrada conforme tabela abaixo:

Procedimentos Contábeis Patrimoniais (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Situação atual
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2017	Não aplicável
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2018	Não aplicável
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Implementado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Não aplicável
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2018	Implementado, e, quando aplicáveis, os registros são tempestivamente reconhecidos
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2018	Implementado, e, quando aplicáveis, os registros são tempestivamente reconhecidos
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Imediato	Implementado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Não aplicável



Procedimentos Contábeis Patrimoniais (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Situação atual
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2021	Não aplicável
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Imediato	Não aplicável
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	Imediato	Implementado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Não aplicável
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Imediato	Implementado, e, quando aplicáveis, os registros são tempestivamente reconhecidos
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.	Implementado, e, quando aplicáveis, os registros são tempestivamente reconhecidos
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implementado
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	Implementado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Imediato	Não aplicável
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2019	Implementado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.	Não aplicável

**NOTA EXPLICATIVA 1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

<b>Detalhamento</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV*</b>	<b>AH*</b>
<b>Bancos conta movimento – demais contas – Caixa Econômica Federal</b>	<b>1.261.549</b>	<b>1.290.509</b>	<b>0,32%</b>	<b>-2,24%</b>
UG 020001	1.261.549	1.290.509	0,32%	-2,24%
<b>Limite de saque com vinculação de pagamento</b>	<b>397.209.091</b>	<b>316.594.892</b>	<b>99,68%</b>	<b>25,46%</b>
UG 020001	266.109.332	184.406.091	66,78%	44,31%
UG 020054	131.099.759	132.188.801	32,90%	-0,82%
<b>TOTAL</b>	<b>398.470.641</b>	<b>317.885.402</b>	<b>100,00%</b>	<b>76,68%</b>

Fonte: SIAFI

\*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

***Limite de saque com vinculação de pagamento***

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). O detalhamento do saldo do limite de saque consta da tabela abaixo:

## Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

<b>Identificação dos recursos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV*</b>	<b>AH*</b>
<b>00 – Recursos ordinários</b>	<b>229.820.906</b>	<b>148.692.693</b>	<b>57,86%</b>	<b>54,56%</b>
UG 020001	229.815.428	148.687.214	57,86%	54,56%
UG 020054	5.479	5.479	0,00%	0,00%
<b>50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados</b>	<b>131.605.746</b>	<b>132.694.789</b>	<b>33,13%</b>	<b>-0,82%</b>
UG 020001	511.466	511.466	0,13%	0,00%
UG 020054	131.094.281	132.183.323	33,00%	-0,82%
<b>51 – Contribuição social s/ o lucro das Pessoas Jurídicas</b>	<b>31.012.296</b>	<b>31.012.296</b>	<b>7,81%</b>	<b>0,00%</b>
UG 020001	31.012.296	31.012.296	7,81%	0,00%
<b>53 – Contribuição p/ o financiamento da seguridade social</b>	<b>76.117</b>	<b>76.117</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,00%</b>
UG 020001	76.117	76.117	0,02%	0,00%
<b>56 – Contribuição do plano de seguridade social do servidor</b>	<b>24.115</b>	<b>0</b>	<b>0,01%</b>	
UG 020001	24.115		0,01%	
<b>63 – Rec. Prop. Decor. Alien. Bens e Dir. do Patr. Publ.</b>	<b>919.350</b>	<b>491.300</b>	<b>0,23%</b>	<b>87,13%</b>
UG 020001	919.350	491.300	0,23%	87,13%
UG 020054	0		0,00%	
<b>69 – Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc Serv.</b>	<b>31.565</b>	<b>1.551</b>	<b>0,01%</b>	<b>1.935,78%</b>
UG 020001	31.565	1.551	0,01%	1.935,78%
<b>80 – Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	
UG 020001			0,00%	
<b>90 – Recursos diversos</b>	<b>3.718.996</b>	<b>3.626.148</b>	<b>0,94%</b>	<b>2,56%</b>
UG 020001	3.718.996	3.626.148	0,94%	2,56%
<b>Total</b>	<b>397.209.091</b>	<b>316.594.893</b>	<b>100,00%</b>	<b>25,46%</b>

Fonte: SIAFI

\*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

Verifica-se que a maior parte do limite de saque é de recursos ordinários, ou seja, não possui vinculação específica e pode ser alocado discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.

Os recursos não-financeiros diretamente arrecadados constantes da UG 020054 (Fundo Especial do Senado Federal) referem-se a receitas próprias recebidas a título, principalmente, de comercialização da Gráfica do Senado e acumuladas ao longo de exercícios anteriores.

## NOTA EXPLICATIVA 2 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Detalhamento	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Adiantamentos concedidos	58.151	-	1,55%	-
Tributos a recuperar/compensar	7.391	3.080	0,20%	140,00%
Créditos por danos ao patrimônio	13.325.532	14.525.416	355,64%	-8,26%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	955.884	-	25,51%	-
<b>Subtotal</b>	<b>14.346.957</b>	<b>14.528.495</b>	<b>382,90%</b>	<b>-1,25%</b>
(-) Ajustes para perdas	-10.600.028	-435.762	-282,90%	2.332,52%
<b>TOTAL</b>	<b>3.746.929</b>	<b>14.092.733</b>	<b>100,00%</b>	<b>-73,41%</b>

Fonte: SIAFI

### *Créditos por danos ao patrimônio*

O valor mais expressivo nesse grupo corresponde aos Créditos por Danos ao Patrimônio, que englobam aqueles decorrentes de créditos administrativos (cobrança administrativa) registrados na contabilidade após apuração de seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos inadimplentes superiores a R\$ 1.000,00 são encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF nº 75, de 2012.

Dentre os Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio, destacam-se os Créditos a Receber por Débito de Terceiro em Prestação de Serviços e os Créditos a Receber por Folha de Pagamento. Tratam-se, respectivamente, de créditos constituídos por aplicação de multa a empresas por descumprimento de contrato/licitação e créditos constituídos por ocasião de acertos rescisórios de pessoal comissionado e ex-pensionistas.

**Ajustes para Perdas**

Dentro do grupo, houve grande variação nos valores lançados em Ajustes para Perdas, devido ao novo cálculo efetuado pelo Senado Federal para melhor adequação ao Manual SIAFI, conforme explicitado abaixo:

Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, utilizou-se a metodologia recomendada na Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS, ou seja, baseada no histórico de recebimentos passados.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber)

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos: (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3.

Para efeito de quociente de recebimento, foi apurado no Sistema SISGRU o total de recolhimento dos códigos 28852, 28867 e 28881 dos últimos 3 exercícios, que divididos pelo saldo total da conta 1.1.3.0.00.00 chegou-se aos quocientes de recebimento 6%, 46% e 22% respectivamente para os anos de 2016, 2017 e 2018, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2017	2018
Código de Recolhimento 28852	R\$ 69.849,09	R\$ 56.418,34	R\$ 91.915,83
Código de Recolhimento 28867	R\$ 3.109.096,02	R\$ 3.432.848,32	R\$ 915.033,35
Código de Recolhimento 28881	R\$ 1.513.395,46	R\$ 3.159.826,83	R\$ 2.155.798,65
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.694.356,57</b>	<b>R\$ 6.651.110,49</b>	<b>R\$ 3.164.765,83</b>
<b>SIAFI</b>	<b>Saldo em 31/12</b>	<b>Saldo em 31/12</b>	<b>Saldo em 31/12</b>
1.1.3.0.00.00	R\$ 80.859.530,14	R\$ 14.528.495,26	R\$ 14.523.813,71
<b>Quociente de recebimento anual</b>	<b>6%</b>	<b>46%</b>	<b>22%</b>

Assim, o quociente médio de recebimento ficou em 24% (6% + 46% + 22% / 3).

E, conseqüentemente as perdas estimadas foram de 76%, índice que foi aplicado nos saldos das contas 1.1.3.4.1.01.00, 1.1.3.4.1.06.00 e 1.1.3.8.1.12.00.

Conta Contábil	2018	Perdas Estimadas
1.1.3.4.1.01.01	R\$ 2.197.432,08	R\$ 1.659.973,04
1.1.3.4.1.01.06	R\$ 11.128.099,62	R\$ 8.406.332,77
1.1.3.8.1.12.00	R\$ 706.528,53	R\$ 533.722,21
	<b>R\$ 14.032.060,23</b>	<b>R\$ 10.600.028,02</b>

### NOTA EXPLICATIVA 3 – VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE

As Variações Patrimoniais pagas antecipadamente referem-se a Prêmios e Seguros a Apropriar, Assinaturas e Serviços a Apropriar e outros Serviços pagos antecipadamente. Em 2018, destacou-se o valor do contrato 118/2018, com a empresa MCR Sistemas e Consultoria LTDA, para o fornecimento de assinatura de aplicativos da suíte ADOBE no modelo ETLA, durante 12 (doze) meses consecutivos, no valor global de R\$ 1.596.370,00. Esse valor foi pago de uma vez só, e a despesa relacionadas à utilização do serviço será apropriada mensalmente ao longo dos 12 (doze) meses.

### NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO

O Imobilizado do Senado Federal é composto de bens móveis e bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2018 e em 31/12/2017.

Detalhamento	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Bens Móveis	295.915.809	338.405.320	50,51%	-12,56%
Bens Imóveis	472.051.134	327.231.832	80,57%	44,26%
(-) Deprec., Exaustão e Amortização Acumulada	- 182.099.405	-100.754.342	-31,08%	80,74%
<b>Total</b>	<b>585.867.539</b>	<b>564.882.811</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,71%</b>

Fonte: SIAFI

### BENS MÓVEIS

Os bens móveis são registrados no Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado (SPALM), que gerencia todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Senado Federal.

Dentro das classes de bens móveis, destacam-se os Bens de Informática (R\$ 109,9 milhões) e os equipamentos para áudio, vídeo e foto (R\$ 59,7 milhões) que fazem parte do item material cultural, educacional e de comunicação. Os primeiros se destacam pela importância do parque de informática para o desenvolvimento das atividades da Casa, enquanto os equipamentos de áudio, vídeo e foto são necessários devido à existência de diversas mídias de telecomunicação.

Com o advento das Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com vistas à convergência das práticas contábeis na Administração Pública às Normas Internacionais de Contabilidade, o foco do controle dirigiu-se para a mensuração patrimonial. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no item 5.2.2, que trata do reconhecimento das variações patrimoniais:

*“A falta de registro de direitos e obrigações oriundas de variações patrimoniais quantitativas e qualitativas já incorridas resultará em demonstrações incompatíveis com as normas de contabilidade, além da geração de informações incompletas em demonstrativos exigidos pela LRF, a exemplo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, tendo como consequência análise distorcida da situação fiscal e patrimonial do ente”.*

Ademais, a fidedignidade dos registros contábeis dos atos e fatos que afetam o patrimônio da entidade pública é exigência prevista na Lei nº 4.320/64:

*“Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.*

*Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.*

*Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.*

*Art. 95. A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.*

*Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.” (grifo nosso)*

Diante da evidente obrigatoriedade de os registros contábeis guardarem correspondência com o rol de bens que compõem o patrimônio da entidade, e, ainda, com a exigência trazida pela NBC T 16.9 de que a partir do exercício de 2010 fosse adotada a prática da depreciação, amortização e exaustão dos bens registrados no Ativo Imobilizado dos entes do setor público, tornou-se necessário adotar todas as providências necessárias à organização do acervo patrimonial do Senado, com a consequente compatibilização com os registros contábeis.

Assim sendo, com o fim de dar cumprimento aos normativos vigentes, efetuamos os registros contábeis no SIAFI dos lançamentos de conciliação dos saldos dos bens patrimoniais registrados nas contas 1.2.3.1.1.00.00 – BENS MÓVEIS bem como da conta 1.2.3.8.1.01.00 - DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS, de acordo com o Relatório do Inventário de 2018 dos Bens Permanentes do Senado Federal.

## **BENS IMÓVEIS**

Os bens imóveis em uso pelo Senado Federal totalizavam R\$ 472 milhões em 31/12/2018, apresentando um aumento de mais de 44% em relação ao exercício anterior, devido principalmente à reavaliação de bens imóveis de uso especial no Sistema SpiuNet, efetuados

em Abril de 2018. Além disso, em dezembro, o Senado Federal assinou Acordo de Cooperação para a criação do Centro Cultural dos Poderes da República, com o objetivo de reunir a história e os acervos dos três Poderes da República. Dessa forma, os imóveis de Uso Especial já começaram a ser transferidos para o órgão do Senado Federal, o que gerou um lançamento da ordem de R\$ 12,3 milhões no grupo de Bens Imóveis.

#### **NOTA EXPLICATIVA 5 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIALISTAS A PAGAR**

Compreendem os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações, décimo terceiro salário, férias. Também compreendem os respectivos encargos previdenciários. O aumento do valor em relação ao exercício anterior diz respeito ao registro da Provisão de Décimo Terceiro Salário a Pagar e Provisão de Férias do período efetuados ao longo do exercício de 2018 em atendimento à legislação em vigor, especialmente à Macrofunção 021142 - FOLHA DE PAGAMENTO, do Manual SIAFI. Ao final do exercício de 2018, após apuração e conciliação de Adiantamento de Férias e 13º salário a pagar com as respectivas Provisões, o saldo remanescente foi de R\$ 92,6 milhões de Férias a Pagar. O Senado Federal providenciou os ajustes necessários junto ao sistema de Recursos Humanos para atender às demandas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas da União.

#### **NOTA EXPLICATIVA 6 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR**

Compreende os valores a pagar a credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços. Em 31/12/2018, o Senado Federal apresentou saldo de R\$ 917.313,65 nesse grupo, conforme se observa no detalhamento apresentado na tabela abaixo:

<b>Fornecedor</b>	<b>Objeto</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>
OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Prestação de serviço telefônico fixo comutado.	390.883,46	42,61%
FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI	Prestação de serviços de limpeza e conservação.	185.817,00	20,26%
SERVEGEL - APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL L	Serviços de apoio técnico, operacional e administrativo.	82.961,76	9,04%
ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOMECHANICOS LTDA - EP	Prestação de serviços de manutenção e conservação de sistemas e equipamentos de ar condicionado.	73.904,01	8,06%
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Serviços de apoio técnico, operacional e administrativo.	39.688,97	4,33%
RCS TECNOLOGIA LTDA	Prestação de serviços de manutenção e conservação de imóveis.	26.697,31	2,91%
Demais Fornecedores	Vários objetos	117.361,14	12,79%
<b>Total</b>		<b>917.313,65</b>	<b>100%</b>





### NOTA EXPLICATIVA 7 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A rubrica apresentou elevada variação no período. Em abril/2018, foi feita a reavaliação de imóveis do Senado Federal, o que resultou na diferença de valores na rubrica.

### NOTA EXPLICATIVA 8 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPDs são os decréscimos no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido. Dessa forma, são as despesas efetivas que alteram o resultado patrimonial da entidade.

No Senado Federal, a composição das VPDs se dá da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Pessoal e Encargos	1.782.068.601	1.717.117.389	3,78%	41,44%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.916.662.541	1.901.520.883	0,80%	44,57%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	519.973.266	424.789.358	22,41%	12,09%
Outros	81.821.786	87.018.815	-5,97%	1,90%
<b>Total</b>	<b>4.300.526.194</b>	<b>4.130.446.445</b>	<b>4,12%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Observa-se que em torno de 86% das VPDs do Senado Federal são para atender despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Isso decorre da característica intrínseca à função do órgão, a atividade legislativa, que demanda majoritariamente o uso de recursos de pessoal.

Além disso, é possível observar que o órgão apresentou, no período, um aumento de 4,12% no total das VPDs, sendo que nas despesas com Pessoal, Encargos e Benefícios o aumento foi de 4,58%.

**NOTA EXPLICATIVA 9 –VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS**

Foram pagos, em Abril e Maio/2018, valores referentes a PSSS Patronal de servidores e ex-servidores do Senado Federal, de exercícios anteriores, incidindo multa e juros sobre os valores.

**NOTA EXPLICATIVA 10 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

A parcela do orçamento gasta com despesa de pessoal é em torno de 86% do total da dotação, característica intrínseca à atividade legislativa.

**PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

Eunício Oliveira

**DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**

Ilana Trombka

**DIRETOR DA SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE**

Fernando Álvaro Leão Rincon

**COORDENADOR DE CONTABILIDADE**

Luiz Henrique de Paiva Marques

**EQUIPE TÉCNICA**

Cecília Maria de Oliveira Guimarães

Olivan Duarte de Almeida